

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS EDUARDO ORNELAS BERRIEL

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

Helena H. Nagamine Brandão

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DISCURSO

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

B733i Brandão, Helena Hathsue Nagamine.
Introdução à análise do discurso / Helena H. Nagamine Brandão. –
3ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
1. Análise do discurso. 2. Atos de fala (Linguística). I. Título.

CDD 415
ISBN 978-85-268-0991-8 412.1

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|-------------------------------|-------|
| 1. Análise do discurso | 415 |
| 2. Atos de fala (Linguística) | 412.1 |

Copyright © by Helena Hathsue Nagamine Brandão
Copyright © 2012 by Editora da Unicamp

1ª edição, 1991
2ª edição, 2004
5ª reimpressão, 2021

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade da autora e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
<i>Língua/Linguagem: uma abordagem interacional</i>	7
<i>Entre a língua e a fala: o discurso</i>	10
CAPÍTULO 1 — ANÁLISE DO DISCURSO	13
<i>Esboço histórico</i>	13
<i>A perspectiva teórica francesa</i>	16
<i>O conceito de ideologia</i>	18
Em Marx	19
Em Althusser	23
Em Ricœur	26
<i>O conceito de discurso em Foucault</i>	32
<i>Língua, discurso e ideologia</i>	38
<i>Condições de produção do discurso</i>	42
<i>Formação ideológica e formação discursiva</i>	46
CAPÍTULO 2 — SOBRE A NOÇÃO DE SUJEITO	53
<i>A subjetividade em Benveniste</i>	55
<i>O sujeito descentrado: o eu e o outro</i>	59
A heterogeneidade discursiva	60
Monologismo <i>versus</i> dialogismo	61
O discurso e seu avesso	65
A teoria polifônica de Ducrot	69

<i>Sentido e sujeito na análise do discurso</i>	76
Uma teoria não subjetivista da enunciação	78
A ilusão discursiva do sujeito	82
<i>Conclusão</i>	85
CAPÍTULO 3 — SOBRE A NOÇÃO DE INTERDISCURSIVIDADE	87
<i>A relação discurso–interdiscurso</i>	89
<i>O outro no mesmo</i>	91
<i>A intertextualidade</i>	94
<i>A memória discursiva</i>	95
<i>Domínios do campo enunciativo</i>	96
O domínio de memória	98
O domínio de atualidade	100
O domínio de antecipação	100
<i>Efeitos de memória</i>	101
CONCLUSÃO	103
GLOSSÁRIO	105
BIBLIOGRAFIA BÁSICA COMENTADA	111
BIBLIOGRAFIA	115

INTRODUÇÃO

Língua/Linguagem: uma abordagem interacional

Qualquer estudo da linguagem é hoje, de alguma forma, tributário de Saussure, quer tomando-o como ponto de partida, assumindo suas postulações teóricas, quer rejeitando-as. No nosso caso, a referência a Saussure deve-se, sobretudo, a sua célebre concepção dicotômica entre a língua e a fala. Embora reconhecendo o valor da revolução linguística provocada por Saussure, logo se descobriram os limites dessa dicotomia pelas consequências advindas da exclusão da fala do campo dos estudos linguísticos.

Dentre os que sentiram essa camisa de força que colocava como objeto da linguística apenas a língua, tendo-a como algo abstrato e ideal a constituir um sistema sincrônico e homogêneo, está Bakhtin (Voloshinov, 1929), que, com seus estudos, antecipa de muito as orientações da linguística moderna.

Palmilhando a trilha aberta por Saussure, parte também do princípio de que a língua é um fato social cuja existência se funda nas necessidades de comunicação. No entanto, afasta-se do mestre genebrino ao ver a língua como algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante, valorizando dessa forma a fala.

Visando à formulação de uma teoria do enunciado, Bakhtin atribui um lugar privilegiado à enunciação enquanto realidade da linguagem: “A matéria linguística é apenas uma parte do enunciado; existe também uma outra parte, não verbal, que corresponde ao contexto da enunciação”.

Dessa forma, ele diverge dos seus antecessores (Saussure e a escola do subjetivismo individualista representado por Vossler e seus discípulos), para quem o enunciado era um ato individual e, portanto, uma noção não pertinente linguisticamente. Bakhtin, aliás, não só coloca o enunciado como objeto dos estudos da linguagem como dá à situação de enunciação o papel de componente necessário para a compreensão e a explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal.

Como, através de cada ato de enunciação, se realiza a intersubjetividade humana, o processo de interação verbal passa a constituir, no bojo de sua teoria, uma realidade fundamental da língua. O interlocutor não é um elemento passivo na constituição do significado. Da concepção de signo linguístico como um “sinal” inerte que advém da análise da língua como sistema sincrônico abstrato, passa-se a uma outra compreensão do fenômeno: à de signo dialético, vivo, dinâmico.

Essa visão da linguagem como interação social, em que o *Outro* desempenha papel fundamental na constituição do significado, integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o linguístico e o social. O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo, a ser expresso, à objetivação externa — a enunciação — desse conteúdo é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos.

Nessa perspectiva, fica evidente que uma linguística imanente que se limite ao estudo interno da língua não poderá dar conta do seu objeto. É necessário que ela traga para o interior mesmo do seu sistema um enfoque que articule o linguístico e o social, buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. Sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação signíca, que reside o ideológico.

Para Bakhtin, a palavra é o signo ideológico por excelência, pois, produto da interação social, ela se caracteriza pela pluralência. Por isso é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes.

Consequentemente, a linguagem não pode ser encarada como uma entidade abstrata, mas como o lugar em que a ideologia se manifesta concretamente, em que o ideológico, para se objetivar, precisa de uma materialidade, conforme nos mostra Bakhtin (Voloshinov, 1929, p. 19) quando afirma:

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sobre a realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é

um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior. Este é um ponto de suma importância. No entanto, por mais elementar e evidente que ele possa parecer, o estudo das ideologias ainda não tirou todas as consequências que dele decorrem.

Mais tarde, ao definir a tarefa da semiologia, Barthes sublinha também a importância do caráter ideológico do signo. Para ele, a ideologia deve ser buscada não apenas nos temas em que tem sido mais facilmente percebida, mas, sobretudo, nas formas, isto é, no funcionamento significativo da linguagem, que é o lugar onde se dá a sua materialidade:

Uma das possibilidades da semiologia, enquanto disciplina ou discurso sobre o sentido, é precisamente dar instrumentos de análise que permitam circunscrever a ideologia nas formas, isto é, onde ela em geral é menos procurada. O alcance ideológico dos conteúdos é algo percebido desde há muito tempo, mas o conteúdo ideológico das formas, se quiserem, constitui, de certo modo, uma das grandes possibilidades de trabalho do século (apud Robin, 1973).

Entre a língua e a fala: o discurso

O reconhecimento da dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais, provoca um deslocamento nos estudos linguísticos até então balizados pela

problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma linguística da língua. Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse polo da dicotomia saussuriana. E essa instância da linguagem é a do discurso. Ela possibilitará operar a ligação necessária entre o nível propriamente linguístico e o extralinguístico a partir do momento em que se sentiu que “o liame que liga as ‘significações’ de um texto às condições sócio-históricas deste texto não é de forma alguma secundário, mas constitutivo das próprias significações” (Haroche et al., 1971, p. 98). O ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos é, portanto, o discurso.

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. Ela é o “sistema-suporte das representações ideológicas [...] é o ‘medium’ social em que se articulam e defrontam agentes coletivos e se consubstanciam relações interindividuais” (Braga, 1980). Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. Esse será o enfoque a ser assumido por uma nova tendência linguística que irrompe na década de 60: a análise do discurso.

ANÁLISE DO DISCURSO

Esboço histórico

Pode-se afirmar com Maingueneau (1976) que foram os formalistas russos que abriram espaço para a entrada no campo dos estudos linguísticos daquilo que se chamaria mais tarde *discurso*. Operando com o texto e nele buscando uma lógica de encadeamentos “transfrásticos”, superam a abordagem filológica ou impressionista que até então dominava os estudos da língua. Essa abertura em direção ao discurso não chega, entretanto, às últimas consequências, pois seus seguidores, os estruturalistas, propõem-se como objetivo estudar a estrutura do texto “nele mesmo e por ele mesmo” e restringem-se a uma abordagem imanente do texto, excluindo qualquer reflexão sobre sua exterioridade.

Os anos 50 serão decisivos para a constituição de uma análise do discurso enquanto disciplina. De um lado, surge o trabalho de Harris (*Discourse analysis*, 1952), que mostra a possibilidade de ultrapassar as análises confinadas meramente à frase, ao estender procedimentos da linguística distribucional americana aos enunciados (chamados discursos) e, de outro lado, os trabalhos de R. Jakobson e E. Benveniste sobre a enunciação.

Esses trabalhos já apontam para a diferença de perspectiva que vai marcar uma postura teórica de uma análise do discurso de linha mais americana, de outra mais europeia.

Embora a obra de Harris possa ser considerada o marco inicial da análise do discurso, ela se coloca ainda como simples extensão da linguística imanente na medida em que transfere e aplica procedimentos de análise de unidades da língua aos enunciados e situa-se fora de qualquer reflexão sobre a significação e as considerações sócio-históricas de produção que vão distinguir e marcar posteriormente a análise do discurso.

Numa direção diferente, Benveniste, ao afirmar que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por índices específicos”, dá relevo ao papel do sujeito falante no processo da enunciação e procura mostrar como acontece a inscrição desse sujeito nos enunciados que ele emite. Ao falar em “posição” do locutor, ele levanta a questão da relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo; relação que estará no centro das reflexões da análise do discurso em que o enfoque da posição sócio-histórica dos enunciadorez ocupa um lugar primordial.

Segundo Orlandi (1986), essas duas direções vão marcar duas maneiras diferentes de pensar a teoria do discurso: uma que a entende como uma extensão da linguística (que corresponderia à perspectiva americana) e outra que considera o enveredar para a vertente do discurso o sintoma de uma crise interna da linguística, principalmente na área da semântica (que corresponderia à perspectiva europeia).

Conforme essa visão, o conceito de teoria do discurso como extensão da linguística, aplicado à perspectiva teórica americana, justifica-se pelo fato de nela se considerarem

frase e texto como elementos isomórficos, cujas análises se diferenciam apenas em graus de complexidade. Vê-se o texto de uma forma redutora, não se preocupando com as formas de instituição do sentido, mas com as formas de organização dos elementos que o constituem.

Embora a gramática se enriqueça e ganhe nova orientação com questões colocadas pela pragmática e pela sociolinguística, não se processa uma ruptura fundamental, pois a questão do sentido continua sendo tratada, essencialmente, no interior do linguístico:

A contribuição da Sociolinguística, nesse sentido, é a de que se deve observar o uso atual da linguagem; e a da Pragmática é a de que a linguagem em uso deve ser estudada em termos dos atos de fala. Embora essas questões indiquem uma certa mudança em relação à dominância dos estudos da gramática, não produzem um rompimento maior mas apenas o de se acrescentar um outro componente à gramática. O discurso caracteriza-se como o que vem a mais, o que vem depois, o que se acrescenta. Em suma, o secundário, o contingente (Orlandi, 1986, p. 108).

Numa perspectiva oposta à dessa concepção da análise do discurso como extensão da linguística, Orlandi aponta uma tendência europeia que, partindo de “uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer”, coloca a exterioridade como marca fundamental. Esse pressuposto exige um deslocamento teórico, de caráter conflituoso, que vai recorrer a conceitos exteriores ao domínio de uma linguística imanente para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem.

A perspectiva teórica francesa

Para Maingueneau (1987), a chamada “escola francesa de análise do discurso” (que abreviaremos AD) filia-se:

- a uma certa tradição intelectual europeia (e sobretudo da França) acostumada a unir reflexão sobre texto e sobre história. Nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação entre a linguística, o marxismo e a psicanálise. A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de linguistas como de historiadores e de alguns psicólogos;
- e a uma certa prática escolar que é a da “explicação de texto”, muito em voga na França, do colégio à universidade, nos idos anteriores a 1960. Para A. Culioli (apud Maingueneau, 1987, p. 6), “a França é um país em que a literatura exerceu um grande papel e pode-se perguntar se a análise do discurso não é uma maneira de substituir a explicação de texto enquanto exercício escolar”.

Inscrevendo-se em um quadro que articula o linguístico com o social, a AD vê seu campo estender-se para outras áreas do conhecimento e assiste-se a uma verdadeira proliferação dos usos da expressão “análise do discurso”. A polissemia de que se investe o termo “discurso” nos mais diferentes esforços analíticos então empreendidos faz com que a AD se mova num terreno mais ou menos fluido. Ela busca, dessa forma, definir o seu campo de atuação, procurando analisar inicialmente *corpora* tipologicamente mais marcados — sobretudo nos discursos políticos de esquerda — e textos impressos. Sente-se a

necessidade de critérios mais precisos para delimitar o campo da AD a fim de se chegar a sua especificidade. Definida inicialmente como “o estudo linguístico das condições de produção de um enunciado”, a AD se apoia sobre conceitos e métodos da linguística (“A AD pressupõe a Linguística e é pressupondo a Linguística que ganha especificidade em relação às metodologias de tratamento da linguagem nas ciências humanas”, Orlandi, 1986, p. 110). Se por um lado esse pressuposto teórico e metodológico da linguística distingue a AD das outras áreas das ciências humanas com as quais confina (história, sociologia, psicologia etc.), por outro, entretanto, não será suficiente para, por si só, marcar a sua especificidade no interior dos estudos da linguagem, sob o risco de permanecer numa linguística imanente. Será necessário considerar outras dimensões, como as que aponta Maingueneau (1987):

- o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação;
- os embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso;
- o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso.

Dessa forma, a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação linguística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência socioideológica:

Uma prática discursiva não pode se explicar senão em função de uma dupla competência: 1. uma competência específica,

sistema interiorizado de regras especificamente linguísticas e que asseguram a produção e a compreensão de frases sempre novas — o indivíduo *eu* utilizando essas regras de maneira específica (*performance*); 2. uma competência ideológica ou geral que torna implicitamente possível a totalidade das ações e das significações novas (Slakta, 1971, p. 110).

Preconizando, assim, um quadro teórico que alie o linguístico ao sócio-histórico, na AD, dois conceitos tornam-se nucleares: o de ideologia e o de discurso. As duas grandes vertentes que vão influenciar a corrente francesa de AD são, do lado da ideologia, os conceitos de Althusser e, do lado do discurso, as ideias de Foucault. É sob a influência dos trabalhos desses dois teóricos que Pêcheux, um dos estudiosos mais profícuos da AD, elabora os seus conceitos. De Althusser, a influência mais direta se faz a partir de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado na conceituação do termo “formação ideológica”. E será da *Arqueologia do saber* que Pêcheux extrairá a expressão “formação discursiva”, da qual a AD se apropriará, submetendo-a a um trabalho específico.

O conceito de ideologia

Matizado por nuances significativas, o termo ideologia é ainda hoje uma noção confusa e controversa. Antes de abordar o conceito de ideologia em Althusser, serão expostas algumas colocações sobre o fenômeno ideológico feitas por Marx, do qual o primeiro é tributário, e, em seguida, algumas considerações de Ricœur (1977), que retoma uma visão interessante de Jaques Ellul sobre o fenômeno ideológico.

Segundo Chauí (1981), o termo “ideologia”, criado pelo filósofo Destutt de Tracy em 1810 na obra *Elements de idéologie*, nasceu como sinônimo da atividade científica que procurava analisar a faculdade de pensar, tratando as ideias “como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” (p. 23). Entendida como “ciência positiva do espírito”, ela se opunha à metafísica, à teologia e à psicologia pela exatidão e rigor científicos que se propunham como método.

Contrariando esse significado original, o termo passa a ter um sentido pejorativo pela primeira vez com Napoleão, que qualifica os ideólogos franceses de “abstratos, nebulosos, idealistas e perigosos (para o poder) por causa do seu desconhecimento dos problemas concretos” (Reboul, 1980, p. 17). A ideologia passa a ser vista então como uma doutrina irrealista e sectária, sem fundamento objetivo, e perigosa para a ordem estabelecida.

Em Marx

Em Marx e Engels, vamos encontrar o termo “ideologia” também impregnado de uma carga semântica negativa. À semelhança de Napoleão, que criticara os filósofos franceses, Marx e Engels condenam a “maneira de ver abstrata e ideológica” dos filósofos alemães que, perdidos na sua fraseologia, não buscam a “ligação entre a filosofia alemã e a realidade alemã, o laço entre sua crítica e seu próprio meio material” (1965, p. 14).

Marx e Engels identificam “ideologia” com a separação que se faz entre a produção das ideias e as condições sociais e

históricas em que são produzidas. Por isso é que eles tomam como base para suas formulações apenas dados possíveis de uma verificação puramente empírica: os dados da realidade que são “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, aquelas que já encontram a sua espera e aquelas que surgem com a sua própria ação” (p. 14).

Dessa forma, citando novamente Marx e Engels, a “produção de ideias, de concepções e da consciência liga-se, a princípio, diretamente e intimamente à atividade material e ao comércio material dos homens, como uma linguagem da vida real”. Consequentemente, “a observação empírica tem de mostrar empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação a ligação entre a estrutura social e política e a produção”.

No entanto, o que as ideologias fazem, segundo Marx e Engels, é colocar os homens e suas relações de cabeça para baixo, como ocorre com a refração da imagem numa câmara escura. Metaforicamente, essa inversão da imagem, isto é, o “descer do céu para a terra em vez de ir da terra para o céu”, que ele denuncia nos filósofos alemães, representa o desvio de percurso que consiste em partir das ideias para chegar à realidade.

Segundo Chauí (1980), é nesse momento que, para Marx, nasce

a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de ideias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores — os teóricos, os ideólogos, os intelectuais — não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas ideias (p. 65).